

Aula 00

*ABIN (Oficial Técnico de Inteligência -
Área 1) Passo Estratégico de Noções de
Economia*

Autor:

Celso Natale, Leonardo Gadelha

02 de Setembro de 2024

FINANÇAS PÚBLICAS

Sumário

<i>Apresentação</i>	2
<i>O que é o Passo Estratégico?</i>	3
<i>Análise Estatística</i>	4
<i>O que é mais cobrado dentro do assunto?</i>	5
<i>Aposta estratégica</i>	5
<i>Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque</i>	6
<i>Questões estratégicas</i>	22
<i>Questionário de revisão e aperfeiçoamento</i>	33
<i>Perguntas</i>	33
<i>Perguntas com respostas</i>	34
<i>Lista de Questões Estratégicas</i>	37
<i>Gabarito</i>	42



APRESENTAÇÃO

Olá!

Meu nome é **Celso Natale** e serei seu analista neste Passo Estratégico de **Economia p/ ABIN** para **Oficial Técnico de Inteligência - Área 1** (versão Pré-Edital)!

Além de professor titular de Economia – Micro, Macro, Setor Público, Internacional, entre outras – aqui do Estratégia Concursos, sou coordenador dos cursos da Diplomacia e Analista do Banco Central do Brasil, meu primeiro e único concurso. Como passei? Com estratégia (e muito esforço, é claro), e é isso que pretendo dividir com você nos próximos dias.

Atuar no Passo é consequência natural de tantos anos debruçado sobre provas de concursos, porque isso me proporcionou uma visão bastante aprofundada da forma como as bancas elaboram as provas e, mais importante, da forma como os candidatos são aprovados.

Além disso, se há algo que aprendemos em Economia é a otimizar os recursos escassos, como seu tempo, não é? Nessa missão, conto com a ajuda de um colega especialista na área, e já vou passar a palavra para ele.

E aí, tudo joia? Meu nome é **Leonardo Gadelha** e, assim como o Mestre Celso, estarei à disposição para ajudar você nessa caminhada. Sou Economista formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com especialização em Direito Tributário. Atualmente, sou professor de Economia e Finanças Públicas do Sistema de Questões do Estratégia, além de fazer parte da equipe de Economia responsável pelo fórum de dúvidas.

A banca do último concurso foi a **CEBRASPE**, uma das mais tradicionais em provas de concurso. Iremos resolver questões recentes dessa banca, de modo que possamos compreender o que vem sendo mais cobrado.

No mais, estamos muito felizes e comprometidos com essa responsabilidade. Vamos juntos!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias**, quanto para **maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular**.

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo**.

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:



[@passoestrategico](#)

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Iniciamos atualizando os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos:

Assunto	Grau de incidência em concursos: Cebraspe
1 Economia do setor público. 1.1 O Estado e as funções econômicas governamentais.	21,09%
1.2 Políticas fiscal e monetária; outras políticas econômicas. 1.3 Evolução da participação do setor público na atividade econômica.	17,18%
1.4 Financiamento do déficit público a partir dos anos 80 do século XX. 1.5 Inflação e crescimento.	9,37%
2 Economia brasileira. 2.1 Aspectos gerais do comportamento recente da economia brasileira e das políticas econômicas adotadas pelos últimos governos. 2.2 Mudanças estruturais da economia brasileira a partir da aceleração dos processos de industrialização e urbanização. 2.3 Os planos de desenvolvimento mais importantes desde a segunda metade do século XX. 2.4 Indicadores do desenvolvimento econômico e social brasileiro contemporâneo. 2.5 Desigualdades pessoais e espaciais de renda e de riqueza. 2.6 Estrutura tributária brasileira. 2.7 O mercado de trabalho e as condições de emprego e renda. (Parte I)	7,81%
2 Economia brasileira. 2.1 Aspectos gerais do comportamento recente da economia brasileira e das políticas econômicas adotadas pelos últimos governos. 2.2 Mudanças estruturais da economia brasileira a partir da aceleração dos processos de industrialização e urbanização. 2.3 Os planos de desenvolvimento mais importantes desde a segunda metade do século XX. 2.4 Indicadores do desenvolvimento econômico e social brasileiro contemporâneo. 2.5 Desigualdades pessoais e espaciais de renda e de riqueza. 2.6 Estrutura tributária brasileira. 2.7 O mercado de trabalho e as condições de emprego e renda. (Parte II)	3,12%
2.10 Câmbio, reservas e relações comerciais e financeiras do Brasil com o resto do mundo. 2.11 Taxas de juros.	7,81%
2.8 Estrutura orçamentária e evolução do déficit e da dívida pública brasileira. 2.9 A previdência social e suas perspectivas.	33,62%



O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem os nossos assuntos, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Cebraspe
Economia do bem-estar.	4,26%
Ótimo de Pareto.	7,93%
Estabilização, crescimento e redistribuição.	24,87%
Estado regulador e produtor.	14,23%
Políticas fiscal.	15,93%
Política monetária.	23,39%
Outras políticas econômicas.	7,41%
Evolução da participação do setor público na atividade econômica.	1,97%




APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa¹.

Essa é uma excelente aposta, praticamente uma "barbada". As funções do Estado são o principal assunto em Finanças Públicas, e quando caem, em 90% dos casos, exige-se que você seja capaz de diferenciar cada uma das três funções. Então se liga no esquema a seguir:

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



 (RE)DISTRIBUTIVA Melhorar a distribuição da riqueza gerada na Economia. Palavra-chave: Renda	 ALOCATIVA Quando o mercado não aloca de forma eficiente, cabe ao Estado fazê-lo. Palavras-chave: Bens públicos	 ESTABILIZADORA Estabilidade da moeda e crescimento com alto nível emprego. Palavras-chave: Ciclos econômicos
--	--	--

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

1. A primeira coisa que você deve saber sobre a disciplina de Finanças Públicas, é que ela também é chamada de Economia do Setor Público, uma área da economia que estuda o pagamento e o custeio das atividades públicas, assim como a administração e o desempenho destas atividades. O cerne da disciplina, ou seja, seu principal aspecto é a abordagem dos recursos públicos, sua obtenção e sua aplicação, que deve sempre ter por finalidade o atendimento das necessidades da sociedade.

1.2 Quanto á abrangência, pode-se dizer que as Finanças Públicas abrangem a atividade financeira do estado (AFE), que contempla a origem dos recursos públicos (receita pública), sua aplicação (despesa pública) e, por fim, o resultado desse exercício: a dívida pública. A gestão desses elementos tem como ferramentas o orçamento público e no crédito público.

1.3 Para executar sua atividade financeira, o Estado determina políticas econômicas (fiscal e monetária, principalmente).

2. Vamos começar pela Política Fiscal, que consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e arrecadações do governo, que a utiliza para alterar no nível de produto da economia.



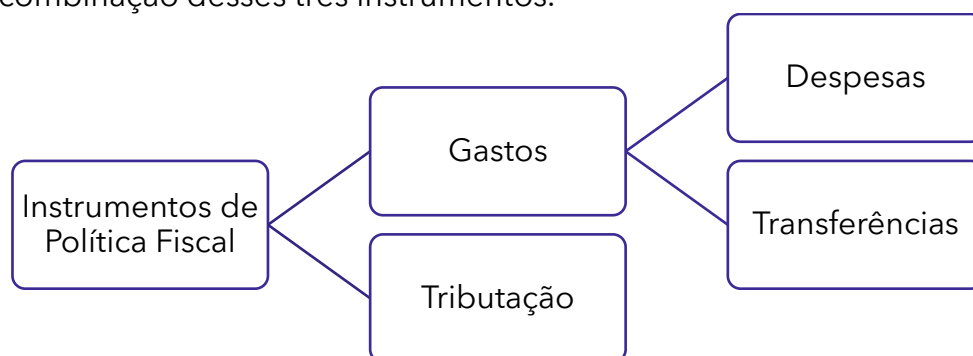
2.1 O governo tem influência significativa na economia, pois participa ativamente dos mercados. O gasto do governo, por exemplo, é um componente relevante da demanda agregada. Em outras palavras, o governo consome. Por isso a forma como o governo gasta pode causar grande impacto no mercado.

2.2 Os tributos que ele cobra, por outro lado, geram influência indireta, pois aumentam ou diminuem a renda disponível das famílias para consumo.

2.3 No Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável por sua administração no âmbito federal, mas os estados e municípios também são agentes da política fiscal.

2.4 Os gastos podem ainda ser divididos em despesas e transferências. A diferença é que estas não têm contrapartida, enquanto aquelas resultam no recebimento, pelo governo, de um bem ou serviço.

2.5 Portanto, os instrumentos da política fiscal são: gastos do governo, transferência e tributação. A execução da política fiscal se dá por meio do orçamento do governo, que consiste na combinação desses três instrumentos.



2.6 Quando o governo aumenta seus gastos (G) ou reduz a tributação (T), dizemos que ele está adotando uma política fiscal expansionista. Simetricamente, quando o governo diminui seus gastos ou aumenta a tributação, estamos diante de uma política fiscal restritiva - também chamada contracionista.

2.6.1 Contudo, trata-se de uma análise dinâmica. Em outras palavras, para dizermos que o governo está adotando essa ou aquela política, comparamos dois momentos, e a variação dos gastos ou da tributação entre eles.

2.6.2 A tabela a seguir relaciona alguns exemplos de políticas fiscais restritivas e expansionistas:

Políticas Fiscais	
 Expansionistas	 Restritivas



Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências); Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas); Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas); Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos); Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	Recriação da CPMF (↑T: impostos); Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas); Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências); Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências); Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).
--	--

2.6.3 Do ponto de vista econômico, as políticas fiscais expansionistas são adotadas quando o governo deseja aumentar a demanda agregada - daí o nome expansionista. Naturalmente, isso só deveria ocorrer em momentos de demanda reprimida, ou seja, quando a demanda efetiva é inferior à oferta potencial, e a economia opera abaixo de sua capacidade.

2.6.4 A adoção de política fiscal expansionistas em momentos de economia aquecida, quando a demanda já é alta, causa inflação, pois o governo adiciona sua própria demanda à pressão de preços.

2.6.5 O contrário também é válido: a política fiscal restritiva deve ser adotada em momento de superaquecimento da economia, de forma a aliviar a pressão inflacionária. Sua utilização em momentos de baixa atividade econômica tende a agravar a recessão ou comprometer o crescimento da economia.

3. A Política Monetária diz respeito à oferta de moeda na economia. A tarefa consiste basicamente em garantir que a quantidade de moeda circulando na economia seja compatível com a demanda de moeda para as transações no lado real, ou seja, para que a compra e venda de bens e serviços ocorra.

3.1 O excesso de moeda pode provocar inflação, e a escassez pode desestimular a economia. Ou seja, a política monetária consiste na regulação da quantidade de moeda circulando na economia. No Brasil, ela é formulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e executada pelo Banco Central do Brasil, que detém a competência exclusiva de emissão de moeda.

3.2 O principal objetivo pelo qual o Estado faz uso da política monetária deve ser o bem-estar da sociedade. Mas não é isso que vai cair na sua prova. O que pode cair são os objetivos de acordo com duas abordagens: a monetarista e a keynesiana.

3.2.1 De acordo com os keynesianos, a política monetária pode influenciar o nível de atividade e a renda da economia, ainda que apenas no curto prazo. Dessa forma, a política monetária expansionista pode ser utilizada para aumentar a



demanda agregada em momento de pouca atividade, enquanto a política monetária restritiva pode diminuir o consumo, reduzindo pressões inflacionárias.

3.2.2 Os monetaristas, por outro lado, defendem que o papel da política monetária deve ser limitado ao objetivo de garantir que a quantidade de meios de pagamento seja suficientemente para atender ao volume de transações do mercado real. O Banco Central do Brasil adota, em sua missão, a ótica monetarista, ao perseguir a “estabilidade do poder de compra da moeda”.

3.3 Os principais instrumentos da política monetária são três: as taxas de redesconto, a taxa de depósitos compulsórios e as operações no mercado aberto. Existem outros, como você verá adiante, mas esses são os instrumentos clássicos, cuja presença nas provas é mais frequente, e sob os quais o Banco Central detém controle direto.

3.3.1 Começando pela taxa de redesconto. O Banco Central é o banco dos bancos. O redesconto é uma linha de crédito a qual os bancos podem recorrer caso precisem de dinheiro.

3.3.1.1 A taxa de redesconto é os juros que os bancos devem pagar ao Bacen caso tomem emprestado algum valor.

3.3.1.2 Quanto menores forem as taxas de redesconto, mais dispostos os bancos ficam a emprestar ao público e, portanto, mais eles emprestam, expandindo os meios de pagamento. Eles também recebem o nome de empréstimos de liquidez.

3.3.1.3 Na prática, os redescontos não são muito utilizados como instrumento de política monetária por dois motivos: (1) o Banco Central não tem garantias de que os bancos reagirão às mudanças nas taxas de redesconto conforme ele espera, expandindo ou contraindo a oferta monetária e; (2) ainda que a reação ocorra, ela pode demorar, tornando esse instrumento pouco eficiente em comparação aos demais.

3.3.1.4 Mas ele cai na prova, e se a questão falar que reduzir a taxa de redesconto é uma política monetária expansionista, pode marcar como certo. Se a questão comparar esse instrumento com os demais, dizendo que ele é mais eficiente, pode marcar como errado.

3.3.2 Agora, os Compulsórios. Sempre que você, cliente do banco X, realiza um depósito em sua conta, o banco X precisa depositar uma parte desse dinheiro no Banco Central. O resto ele pode emprestar aos outros clientes.

3.3.2.1 Quanto maior for a alíquota (%) do compulsório, menor será a oferta monetária, pois os bancos terão menos dinheiro disponível para emprestar.

3.3.2.2 Como instrumento de política monetária, sua eficiência é maior quando o objetivo é restringir a oferta monetária, já que a expansão da



oferta monetária, ainda que o Bacen reduza o compulsório, dependerá do apetite dos bancos em emprestar.

3.3.2.1 Note ainda que há duas formas de utilizar os depósitos compulsórios como instrumento de política monetária: o aumento da exigência, e o aumento da remuneração, ou seja, o aumento dos juros que remuneram esses depósitos, levando os bancos a recolherem maiores valores de forma espontânea. Claro que esta última hipótese trata de depósitos voluntários, mas achei melhor explicar aqui pela estrita relação com os compulsórios.

3.3.3 Fechando os instrumentos clássicos, temos as operações em Mercado Aberto (Open Market).

3.3.3.1 Atualmente, a dívida pública federal interna acumula um saldo de aproximadamente R\$3,7 trilhões.

3.3.3.2 Os credores dessa dívida são os detentores de títulos públicos: bancos, fundos, empresas, pessoas físicas etc.

3.3.3.3 Quando o Banco Central quer colocar mais dinheiro na economia, ele compra esses títulos. Por outro lado, quando deseja enxugar a liquidez, o Banco Central vende os títulos públicos dos quais é detentor.

- 3.4 O Banco Central, o Conselho Monetário Nacional, e o governo dispõem de outras formas para regular a quantidade de moeda na economia. O termo “instrumentos” está entre aspas, pois a principal finalidade destas ações não é a execução da política monetária, embora tenham reflexos nesse sentido.

3.4.1 Reservas internacionais: moeda estrangeira (dólares, euros, libras etc.) não são meios de pagamento. O Banco Central é o responsável pela administração das reservas internacionais, e toda vez que ele compra moeda estrangeira dos exportadores, como ele entrega reais em troca, a oferta monetária aumenta. O contrário também se observa.

3.4.2 Política e regulação do crédito: o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central normatizam e regulam as atividades das instituições financeiras, respectivamente. A regulamentação do crédito consignado e a criação do SCR são ações que aumentam os incentivos aos bancos para emprestar e, assim, aumentam a oferta monetária.

3.4.3 Emissão de moeda: a própria emissão de moeda aumenta a oferta de moeda. Não há muito que comentar aqui.

3.4.4 Juros: os juros são o preço do dinheiro. Portanto, quanto maior forem os juros da economia, menor é a demanda por moeda, já que ela fica mais cara. Além disso, com os juros altos as empresas tendem a investirem menos, o que reduz a demanda agregada. Portanto, os juros incidem principalmente sobre a demanda



agregada, e não sobre a oferta de moeda. Tenha em mente que juros e demanda agregada estão negativamente relacionados.

3.5 A política monetária também pode ser expansionista ou contracionista. Quando o Banco Central aumenta a oferta monetária, dizemos que ele está adotando uma política monetária expansionista. O contrário ocorre quando o Bacen diminui a oferta monetária: a política monetária é restritiva.

3.5.1 A essa altura seu raciocínio já está bastante avançado, de forma que vamos apenas dar alguns exemplos para consolidarmos a compreensão desse assunto:

Políticas Monetárias	
 Expansionistas	 Restritivas
Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto; Redução da taxa de redesconto; Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?); Emissão de moeda; Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios; Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros. Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias.	Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto; Aumento da taxa de redesconto; Redução dos redescontos; Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios; Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros. Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

Como vimos, a adoção de políticas monetárias expansionistas pode ter por objetivo o aumento da demanda agregada, enquanto as políticas monetárias restritivas podem focar em reduzir o consumo.

4. A política cambial consiste na regulação da quantidade e do preço de moedas estrangeiras, como dólar, euro, ienes etc. A depender do regime cambial adotado, o governo pode intervir mais ou menos no mercado cambial.

5. A política comercial, por fim, é o conjunto de diretrizes e normas que o país adota em suas relações comerciais com outros países. Por exemplo, o governo pode proteger sua indústria aplicando ou elevando tarifas para importação de produtos.

5.1 Tais medidas restritivas de política comercial são de dois tipos:

► Barreiras tarifárias: implicam no aumento da tributação incidente sobre as transações internacionais, ou seja, sobre o comércio exterior. Um exemplo é o



imposto de importação, que se manifesta como desestímulo ao aumentar os custos dos bens estrangeiros.

► Barreiras não tarifárias: além de serem definidas residualmente, ou seja, de serem aquelas que não se enquadram como tarifárias, podemos resumir como barreiras não financeiras, legais ou administrativas. Temos como exemplo barreiras sanitárias ambientais e técnicas.

6. Quanto aos objetivos da Economia do Setor Público, podemos resumir e definir que seus objetivos são:

- Fornecer bens públicos;
- Reduzir externalidades negativas;
- Reduzir assimetrias de informações;

Iremos definir e detalhar cada um desses termos, mas todos eles são decorrentes de falhas de mercado. O objetivo da Economia do Setor Público é compreender e corrigir falhas de mercado.

7 Falhas de Mercado são a causa de ineficiência dos mercados.

7.1 Em outras palavras: na presença de falhas, o mercado não consegue, sem ajuda, atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.

7.2 As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas: bens públicos, externalidades (positivas e negativas) e informações assimétricas (com destaque para o risco moral e a seleção adversa).

7.3. Antes de falarmos sobre falhas de mercado, convém definir que a eficiência que importa, em Economia, é a chamada eficiência de Pareto. Algumas vezes chamada "ótimo de Pareto".

7.3.1 Eficiência (Ótimo) de Pareto, de acordo com Varian é "Uma situação econômica é dita eficiente no sentido de Pareto se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra."

7.3.2 Seguindo essa lógica, se é possível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a situação de ninguém, estamos diante de um caso de ineficiência no sentido de Pareto.

7.3.3 Isso torna a eficiência de Pareto um resultado sempre preferível à ineficiência. Afinal, se podemos melhorar a situação de alguém sem prejudicar ninguém, por que não fazer isso?

7.3.4 A eficiência de Pareto é preferível à ineficiência, mas isso não significa que ela é perfeita. Imagine que há apenas dois indivíduos em uma economia. Um deles detém toda a riqueza e todos os recursos, enquanto o outro não tem nada. A situação é eficiente no sentido de Pareto, pois a única forma de melhorar a situação do indivíduo que não tem nada é piorando a situação do indivíduo que



tem tudo. Por isso, é possível termos situações eficientes, mas socialmente injustas.

8. A compreensão desse relatório também passa pelo entendimento de que as Falhas de Mercado são causa de ineficiência dos mercados.

8.1 Na presença de falhas, o mercado não consegue - sem ajuda - atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.

8.2 As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas: bens públicos, externalidades e informações assimétricas.

9. Para começar a compreender os bens públicos, convém saber o que seriam bens privados,

9.1 Bens privados têm exclusividade e rivalidade como características de consumo. Elas tornam possível saber a quantidade e o preço pago pelo bem, por cada consumidor. Podemos individualizar o consumo dos bens privados.

9.1.1 Para exemplo de bem privado, pense no seu celular. Ele é rival e exclusivo. Rival, pois o fato de você ter adquirido ele impede que outra pessoa adquira o mesmo aparelho. Exclusivo porque o vendedor pôde excluir todos aqueles que não estavam dispostos a pagar o preço pelo aparelho.

9.1.2 Dessa forma, quem percebe maior utilidade no consumo do bem privado vai comprar quantidades maiores e/ou pagará preços maiores.

9.2 Os bens públicos são aqueles bens não rivais e não exclusivos. Então você já deve imaginar que sem rivalidade e sem exclusividade, como é o caso dos bens públicos, isso fica bem mais complicado.

9.2.1 Uma queima de fogos pelas cidades brasileiras na virada de ano, por exemplo, é não rival, posto que o fato de você desfrutar os prazeres visuais não impede que eu também o faça; e não exclusivo, pois não é possível, para o organizador, excluir as pessoas que desejem assistir ao show.

9.2.2 A não rivalidade também acarreta o problema chamado de caronas, ou free riders, que são os indivíduos que desfrutam dos bens sem contribuir para isso. "O carona" é o indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar nada por isso.

9.2.3 Por isso a Polícia, a Justiça e a segurança pública são financiadas por impostos. Também por isso a iniciativa privada não costuma se interessar em oferecer os bens públicos, cabendo ao governo esse papel. São exemplos de bens públicos: a limpeza das ruas, dos rios e do ar; a segurança nacional (forças armadas, Polícia Federal e inteligência); os museus; os parques; a solidez e eficiência do sistema financeiro; o poder de compra da moeda.



9.2.4 O que esses bens públicos têm em comum é não obedecerem à lógica de rivalidade e exclusividade. Pelo contrário, eles têm por características a não exclusividade e a não rivalidade.

9.3 Você deve compreender algo sobre a oferta de bens públicos.

9.3.1 Por serem não exclusivos, todos desfrutam dos bens públicos, pagando por eles ou não. Isso é muito diferente dos bens privados que, pode ser exclusivos, só serão consumidos por aqueles que pagarem, e digo mais: apenas por aqueles que pagarem o preço.

9.3.2 Já a não rivalidade significa que o bem não se divide, de forma que o consumo por uma pessoa não impede o consumo por outra pessoa, e isso traz uma consequência interessante: o custo marginal, que é o custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem, é nulo.

9.3.3 O governo investe alguns bilhões em segurança nacional. Esse é o custo de manter, entre outras coisas, soldados protegendo nossas fronteiras. Quando nasce um cidadão, esse custo não aumenta, mesmo que ele seja um novo consumidor dessa segurança pública. Isso porque o consumo do cidadão recém-nascido de segurança nacional não rivaliza com o meu ou com o seu consumo desse bem.

9.3.4 Por causa de suas características, os bens públicos impedem que os mercados alcancem a eficiência econômica, porque o sistema de preços não funciona adequadamente quando os consumidores não revelam suas preferências.

9.3.5 A solução é que os bens públicos sejam ofertados pelo governo e financiados por meio de tributos cobrados da sociedade. Dessa forma, o Estado age corrigindo essa falha.

9.4 Avancemos aos bens semipúblicos (ou meritórios), que ficam no meio do caminho entre os bens públicos e os privados.

9.4.1 Os bens meritórios são exclusivos, como os bens privados, mas são não rivais, como os bens públicos. Isso quer dizer que o consumo dos bens meritórios por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos.

9.4.2 O melhor exemplo, que inclusive dá nome ao tipo de bens, são as universidades, que favorecem o mérito ao permitir o ingresso somente de quem passar no vestibular.

9.4.3 Os bens semipúblicos são privatizáveis, pois a exclusividade os torna interessantes para o setor privado ofertar, como é o caso do próprio ensino, e da saúde. Mas eles também costumam ser ofertados pelo Estado por gerarem externalidades positivas, ou seja, grandes benefícios para a sociedade em geral.



9.5 E para terminar, existem os bens rivais e não exclusivos: são os chamados bens comuns, dos quais os peixes no mar são o melhor exemplo, posto que a pesca por uma pessoa impede a pesca por outra, contudo não é possível impedir (em regra) que um indivíduo pesque.

10. O segundo tipo de falhas de mercado que veremos são as externalidades, efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais.

10.1 Externalidades podem ser positivas, quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou negativas, quando trazem prejuízos. A poluição que uma fábrica lança ao ar é um exemplo clássico de externalidade negativa, enquanto a limpeza residencial, que tem por consequência eliminação do famigerado Aedes, é um ótimo exemplo de externalidade positiva.

10.2 Do ponto de vista técnico, portanto, ocorre uma externalidade quando os custos sociais (CS) são diferentes dos custos privados (CP), ou quando os benefícios sociais (BS) são diferentes dos benefícios privados (BP).

10.2.1 Os custos privados são representados pelos efeitos internos de uma ação econômica. Os efeitos internos das ações econômicas não escapam ao registro do preço e são, portanto, consideradas no cálculo econômico dos agentes privados.

10.2.2 Os custos sociais, por sua vez, são representados pela soma dos efeitos internos com os efeitos externos que escapam ao mecanismo de preços e não são considerados nos cálculos do agente privado, quando este precifica determinado bem ou atividade econômica.

10.2.3 Quando os custos sociais excedem os custos privados, configura-se uma externalidade negativa. Nestas circunstâncias, haverá uma tendência de superoferta (produção maior que o ideal), porque parte dos custos de produção será absorvida por outros agentes que não o inicial.

10.2.4 Uma medida alocativa (intervenção do governo) adequada seria, por exemplo, a imposição de um tributo sobre a produção deste bem, com vistas a desencorajá-la. Outra medida viável seria a aplicação de multas à medida que as ações prejudiciais à coletividade fossem detectadas.

10.2.5 Os benefícios privados são representados basicamente pelos lucros auferidos pelo agente privado e não escapam ao mecanismo de preços. O benefício social, por sua vez, é a soma dos efeitos internos com os externos que escapam ao mecanismo de preços.

10.2.6 Quando os benefícios sociais superam os benefícios privados, temos uma externalidade positiva; os benefícios que o produtor concede à sociedade são maiores que aqueles pelos quais estará sendo compensado via mercado.



10.2.7 Dessa forma, haverá tendência à sub oferta do bem ou serviço (produção menor que o ideal). A medida alocativa para corrigir esta sub oferta seria, digamos, a concessão de um subsídio à firma/indivíduo, de forma a encorajá-lo a aumentar a produção.

10.2.8 O sistema de mercados não tem como ajustar os preços a essas divergências, visto que as externalidades não são mensuradas nos preços praticados. Desse modo, as responsabilidades na promoção dos ajustes são transferidas para o governo, que poderá corrigir essas falhas mediante incentivos às externalidades positivas e desincentivos às externalidades negativas.

10.2.9 Observe que essas situações representam falhas de mercado, uma vez que, em mercados competitivos, as ações dos agentes devem estar refletidas no mecanismo de preços. Estes, por sua vez, são resultado da livre interação entre oferta e demanda.

10.2.10 Se temos externalidades, há tendência à sub/super oferta/demanda, o que faz com que o mercado se afaste do resultado competitivo (concorrência perfeita).

10.2.11 Segue agora um quadro com um resumo sobre as situações em que há externalidades negativas ou positivas:

Situação	Externalidade	Medida interventiva/regulatória + exemplo
$BS=BP$	Não há	-
$CS=CP$	Não há	-
$BS>BP$	Positiva	Incentivo à externalidade (subsídio, incentivo fiscal).
$CS>CP$	Negativa	Desincentivo à externalidade (tributação mais elevada, multas, proibição).

A regra básica é esta: quando um benefício social (BS) - ou "algo bom" para a sociedade - supera uma coisa boa ou um benefício para o particular (BP), teremos externalidade positiva, que deve ser incentivada pelo governo. Por outro lado, quando um custo social (CS) - ou "algo ruim" para a sociedade - supera um custo ou algo ruim para o particular (CP), teremos externalidade negativa, que deve ser desincentivada.

10.3 São duas as principais causas das externalidades: ausência de direitos de propriedade e custos de transação.

11. E para fechar as falhas de mercado, temos as Assimetria de Informações, que ocorrem quando uma das partes de uma transação possui informações que a outra parte não tem.

11.1 A assimetria de informações está presente em muitas relações de consumo: quando você compra um carro usado e o vendedor esconde defeitos, quando você compra um alimento industrializado sem saber as substâncias nocivas em sua composição, quando



you sign your internet broadband without realizing that the connection rarely has the contracted speed.

11.2 The main example, however, possibly are the contracts, especially the financial ones, because the relevant elements for the realization of a financial transaction are not totally transparent, that is, not always there is free availability of relevant information to all parties involved in the transaction.

11.2 The role of the government is, then, to reduce this asymmetry by giving to the weaker party, usually the consumer, the right to obtain the information needed to make his consumption decision.

11.3 It is important to note that information asymmetries assume two modalities more common: moral risk and adverse selection.

11.3.1 The concept of moral risk (in English, moral hazard) is present when there is the possibility of one of the parties changing its behavior, in a way prejudicial to the other.

11.3.1.1 The best example is the car insurance. Before acquiring the insurance, the driver takes all the precautions in the world: drives carefully, parks in secure places to avoid theft, etc. After buying the insurance, there is the risk that these precautions will be abandoned, to the detriment of the insurer.

11.3.1.2 At the same time, the action of one of the parties cannot be controlled and/or cannot be verified, or, at least, the condition for the moral hazard problem (moral risk) exists when the action of the agent is not verifiable or controllable.

11.3.1.3 Still within the concept of moral risk, there is the subtype of the agent-principal problem, which consists of the risk of the agent, designated by the principal for a determined objective, acting in his own benefit, to the detriment of the interests of the principal.

11.3.2 Already adverse selection is related to the choice of something that is just the opposite of what was intended.

11.3.2.1 This risk is present in banks, which charge high taxes on their loans as a way to cover possible non-compliance by some clients. However, good payers can be repelled by high taxes, while bad payers with no intention of repaying their loans do not care about high taxes.

11.3.3 A type of asymmetric information is the so-called privileged information. It is the information that some people can have about facts that are not public knowledge. For example: analysts of the Securities Commission evaluate merger plans between companies before they become public.



públicos. Algumas dessas fusões podem provocar aumento do preço das ações das empresas. Se os analistas da CVM comprassem um monte de ações das empresas, poderiam vender logo depois que a fusão se tornasse pública e o preço das ações disparasse. É por isso que eles são proibidos de investir em ações.

12. Embora diferentes posições políticas e econômicas diverjam sobre o papel do Estado, mesmo a corrente liberal reconhece que existem papéis que o mercado não é capaz de cumprir.

Dessa forma, o que aprenderemos aqui é pacífico, para fins de prova. Começando pela evolução nas funções do Estado - ou do governo.

12.1 A visão clássica das funções do Estado na economia tem como grande nome Adam Smith, filósofo e economista britânico que defendia que a intervenção do Estado na economia deveria ser mínima.

12.1.1 Essa corrente de pensamento é conhecida pelo termo *laissez-faire* (deixe fazer), indicando que o melhor que os governantes poderiam fazer é não atrapalhar a iniciativa privada, pois as forças naturais do mercado agiriam como uma mão invisível corrigindo distorções, promovendo eficiência e distribuindo bem-estar.

12.1.2 Mas note bem: Adam Smith e os clássicos não defendem que o ser humano e a sociedade são seres de luz que se esforçam para o bem comum e do próximo; o cerne do pensamento é que com cada indivíduo e empresa buscando seus interesses egoístas, o saldo seria positivo para a sociedade como um todo.

12.1.3 Por exemplo: as empresas buscariam lucros, é claro, mas só poderiam obtê-los se fossem capazes de servir aos interesses do consumidor, que por sua vez só conseguiria uma boa renda ao se capacitar e, dessa forma, atender aos interesses das empresas. Como num ciclo virtuoso de eficiência.

12.1.4 A visão clássica delimita que o Estado deveria exercer apenas as seguintes funções: Defesa Nacional e Justiça.

12.1.5 Os próprios clássicos admitiam que os tais interesses egoístas dos agentes podiam, em suas versões exacerbadas, ou seja, violando o direito alheio, provocar danos aos demais indivíduos. Nesse caso, caberia ao Estado prover e garantir a justiça interna e proteger os interesses da nação frente outros Estados.

12.2 No final dos anos 1890, o papel do governo em economias capitalistas começou a aumentar, primeiro em decorrência de monopólios e cartéis (oligopólios coordenados) que haviam surgido, especialmente nos Estados Unidos, onde essas empresas tinham poder de fixar seus preços muito acima dos níveis que proporcionariam bem-estar ao consumidor.

12.2.1 Essa forte concentração da oferta nas mãos de poucas empresas, além de prejudicar o consumidor, concentrava a renda, colocando em dúvida a atuação da



“mão invisível”, levando o governo norte-americano a proibir monopólios na indústria, bem como a formação de cartéis para fixação de preços.

12.2.2 Mas o fato que realmente legitimou maior atuação do governo na economia foi a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e a Grande Depressão dos anos 1930, quando o mundo mergulhou na sua maior recessão da história moderna, com altíssimos níveis de desemprego.

12.2.3 Nesse contexto, em 1936, outro grande nome da economia ganhou notoriedade: John Maynard Keynes. Ele defendia uma intervenção direta do governo na economia, inclusive por meio do aumento dos gastos públicos em momentos de recessão, além da regulamentação dos mercados.

12.2.4 De acordo com Keynes, o mercado não poderia, sozinho: distribuir a renda de forma justa; prover os bens e serviços de que a sociedade precisa, no valor justo e no local onde ela precisa; evitar grandes solavancos na economia.

12.2.5 As funções básicas do governo na economia têm relação com a correção ou, ao menos, mitigação das falhas de mercado, situações nas quais as forças mercadológicas não conseguem, sozinhas, gerar eficiência.

12.2.6 São três principais funções mais aceitas atualmente, que recebem os nomes de: função alocativa, função distributiva e função estabilizadora. Toda a intervenção do Estado na economia é baseada nas funções básicas.

- ▶ Distributiva
- ▶ Alocativa
- ▶ Estabilizadora

Naturalmente, devemos aprofundar cada uma dessas funções, pois este é o assunto mais recorrente em provas que veremos neste relatório.

13. Começando pela Função Distributiva. O governo deve buscar distribuição justa, sob o ponto de vista da sociedade, da renda. A renda é aquilo que os agentes pagam em troca do uso dos fatores de produção capital, trabalho e terra. Contudo, a distribuição entre esses fatores pode ser considerada injusta, especialmente no que tange ao trabalho, que é o fator que os trabalhadores “vendem” no mercado, enquanto capital e terra pertencem aos empresários ou ao governo.

13.1 A função distributiva é relacionada à redução das diferenças econômicas e sociais da população. Grosso modo, o governo exerce essa função sempre que, de alguma forma, favorece as camadas mais carentes da população, em detrimento ou não das mais ricas.

Os instrumentos utilizados nessa função são:

- Transferências;
- Impostos (tributação);
- Subsídios.

É por meio da combinação desses instrumentos que o governo pode distribuir a renda. Ele pode, por exemplo, tributar mais as classes de renda mais alta, e depois transferir esses recursos diretamente para as camadas mais pobres da sociedade. Em vez de



transferir, também é possível subsidiar a população mais carente, ao pagar uma parte dos bens adquiridos por essa camada da sociedade.

13.2 O exemplo mais claro em nossa economia é o programa Bolsa Família, que é uma política de redistribuição de renda. Contudo, há diversos outros exemplos: o subsídio habitacional do Minha Casa, Minha Vida, o programa Fome Zero, as alíquotas progressivas do imposto de renda (a alíquota do imposto aumenta conforme aumenta a renda tributada).

13.3 A assistência social é outra clara manifestação da função distributiva, uma vez que trata justamente de garantir condições mínimas para aqueles mais necessitados e/ou incapazes de prover as necessidades mais básicas para si mesmos e suas famílias.

13.4 O mesmo pode ser dito da previdência social, que é um mecanismo público de proteção social e subsistência proporcionados mediante contribuição do segurado e de empresas.

14. A função alocativa consiste, basicamente, na regulação ou fornecimento de bens públicos ou semipúblicos (como saúde e educação).

14.1 É assim devido às suas características de não rivalidade e não exclusividade, que tornam seu fornecimento para a sociedade algo que não atrai as empresas. Que firma estaria interessada em fornecer bens ou serviços pelos quais ela não é capaz de cobrar, de forma minimamente eficiente, dos consumidores?

14.2 Cabe, portanto, ao governo:

- A. Determinar quais bens públicos serão ofertados, para quem, e em qual quantidade;
- B. Determinar quem pagará por eles.

14.2.1 O item A tem grande dependência do processo político, pelo qual a sociedade manifesta, por meio de eleições e manifestações, quais bens públicos ela está "demandando".

14.2.2 Já o item B, determinar quem pagará pelos bens públicos, é um problema particular desses tipos de bens, decorrente de sua não rivalidade e não exclusividade. O problema surge pois não é possível, como ocorre no mercado, fazer com que o consumidor dos bens públicos manifeste qual valor está disposto a pagar pelo bem público, bem como não é possível impedir que indivíduos desfrutem dos bens públicos sem pagar nada por eles, ao que se dá o nome de problema do carona, que veremos agora sob o ponto de vista da função alocativa.

14.2.2.1 Problema do Carona (Free Rider): "O carona" é o indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar nada por isso. O problema surge da não exclusividade no caso de bens públicos, ou de externalidades positivas. Como exemplo, podemos citar um show de fogos de artifício, a iluminação pública, asfaltamento, ou qualquer bem público que você possa imaginar. A forma de resolver o problema do carona é



tornar compulsório o pagamento pelos bens públicos, o que o governo faz por meio de taxas ou outros tipos de tributos.

14.3 Essa função de alocação dos recursos se manifesta, também, sempre que o governo “tira” recursos de um lugar para colocar em outro, de forma a aumentar a eficiência de sua utilização. Um bom exemplo é a transposição de um rio para favorecer comunidades.

14.4 Portanto, a função alocativa do governo consiste em complementar a ação do mercado, quando ele falha, no que diz respeito à maneira como os recursos são utilizados, ou melhor, à alocação dos recursos na economia de forma eficiente, quando o mercado não consegue alcançar esse resultado sozinho.

14.5 Isso nos leva aos conceitos de Estado produtor, financiador e regulador:

- ▶ Estado produtor: produzindo diretamente bens e serviços à sociedade.
- ▶ Estado financiador: fornecendo recursos financeiros, como empréstimos ou subsídios, para que o mercado atue de forma mais eficiente.
- ▶ Estado regulador: controlando as atividades econômicas, por meio de normatização e fiscalização.

14.5.1 Embora não sejam excludentes, ou seja, o Estado desempenhe todos os papéis ao mesmo tempo, a Economia Brasileira é marcada por períodos nos quais prevaleceu uma ou outra forma de atuação - de maneira mais evidente - e conhecer essas passagens da nossa história econômica recente pode ser bastante elucidativo.

14.5.2 Começando pelo papel de produtor, caracterizado pela forte presença de empresas de propriedade do Estado - as estatais - e por sua criação, algo muito claro durante os anos pós-guerra, contemplando os governos de Dutra, Vargas e JK. Nesse período foram criadas empresas como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, notáveis exploradoras de atividade econômica.

14.5.3 O Estado financiador, por outro lado, não é muito recorrente em provas e na literatura brasileira, mas é possível identificar esse papel a partir de 1964, com ampliação do crédito ao setor privado promovida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Habitação. Até a década de 1980, conhecida pela crise da dívida, esse papel foi bastante intenso, dada a dificuldade de obter financiamento privado, especialmente de longo prazo.

14.5.4 Por fim, o papel de regulador é considerado uma evolução da atuação do governo. Ele se manifesta quando o Estado intervém limitando as liberdades dos agentes econômicos por meio de normas e fiscalização de seu cumprimento, com o objetivo de aumentar a eficiência econômica e o bem-estar da sociedade. Quando o Estado age como regulador, ele permanece como titular, mas o setor privado é quem executa a atividade ou serviço público, cumprindo as exigências legais e regulamentares.



15. Pode-se afirmar que a função estabilizadora consiste em proporcionar à economia crescimento, alto índice de emprego e preços estáveis.

15.1 O PIB, a inflação, o desemprego, a balança comercial, a taxa de câmbio, e vários outros indicadores econômicos variam ao longo do tempo, e cada mergulho provoca prejuízos à sociedade.

15.2 Mas não é apenas a degradação dos indicadores que afeta negativamente a população. A própria instabilidade é prejudicial: os agentes ficam inseguros em investir em países cujas economias parecem montanhas-russas.

15.3 Essa função ganhou força depois do maior mergulho que a economia mundial moderna já viu: a Grande Depressão (1929). Percebeu-se que o mercado não era capaz, pelo menos no curto prazo, de evitar grandes distorções e desequilíbrios.

15.4 Cabe, portanto, ao governo buscar atenuar os chamados ciclos econômicos e as oscilações, usando as políticas econômicas (fiscal, monetária e cambial) para tanto.

15.4.1 Por exemplo: ao notar queda na atividade econômica, o governo pode adotar a política fiscal expansionista, aumentando seus gastos para tentar reaquecer a economia.

15.4.2 Um aumento da inflação, por outro lado, pode ser combatido com a política monetária contracionista: com menos moeda circulando, os produtores têm menos incentivos para subir os preços de seus produtos.

15.4.3 O aumento da taxa de câmbio (se indesejado) pode ser combatido com a política cambial. Pensando no dólar como um produto qualquer, é natural que seu preço suba quando a demanda por dólares supera a oferta de dólares disponíveis no país. Nesse caso, o Banco Central pode entrar no mercado vendendo volumes expressivos de dólar, aumentando assim a oferta e pressionando o preço da moeda estrangeira para baixo.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.





1. (CEBRASPE / 2024 / Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial / INPI) Acerca do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item a seguir.

A distribuição de renda decorrente das dotações dos fatores de produção pode gerar desigualdades na sociedade, cabendo ao governo alterar a estrutura de renda originária do mercado por meio de transferências, impostos e subsídios.

Comentários:

A questão define corretamente a Função Distributiva, que é relacionada à redução das diferenças econômicas e sociais da população. Grosso modo, o governo exerce essa função sempre que, de alguma forma, favorece as camadas mais carentes da população, em detrimento ou não das mais ricas. Os instrumentos utilizados nessa função são:

- Transferências;
- Impostos (tributação);
- Subsídios.

Gabarito: Certo

2. (CEBRASPE / 2024 / Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial / INPI) Acerca do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item a seguir.

As finanças públicas não apenas asseguram a manutenção da administração e dos serviços públicos como também podem influenciar a promoção do emprego e a estabilidade dos preços.

Comentários:

Isso mesmo. A definição de Finanças Públicas baseia -se no fato de que a necessidade de atuação econômica do setor público prende-se na constatação de que a simples existência do sistema de mercado, empresas e consumidores somente, não conseguem cumprir adequadamente algumas tarefas e funções que visam o bem-estar de toda uma população.

A maneira pela qual o Estado intervém no processo econômico é dependente da série de instrumentos que este dispõe, de forma a financiar as suas atividades.



Em outras palavras, podemos dizer que as Finanças Públicas estudam como o Estado capta, gere e gasta recursos para atender às necessidades da sociedade, mas também para garantir alto nível de emprego e estabilidade de preços.

Gabarito: Certo

3. (CEBRASPE / 2024 / Especialista em Regulação de Aviação Civil / ANAC) Julgue o item a seguir, a respeito das funções do Estado em sua atuação na economia.

A regulação da concorrência é uma atividade estatal tipicamente correspondente à função distributiva.

Comentários:

Lembre-se que a Função Alocativa do governo consiste em complementar a ação do mercado quando ele falha. Quando há falhas de mercado em determinado setor, isso pode resultar em preços altos, baixa qualidade dos produtos ou serviços, e inovações limitadas.

Para corrigir essas situações, o governo pode intervir por meio da regulação da concorrência, promovendo uma alocação mais eficiente dos recursos e beneficiando a economia como um todo.

Gabarito: Errado

4. (CEBRASPE / 2024 / Especialista em Regulação de Aviação Civil / ANAC) Julgue o item a seguir, a respeito das funções do Estado em sua atuação na economia.

A cobrança de tributos é uma atividade estatal que permeia as funções alocativa, distributiva e estabilizadora.

Comentários:

A tributação passa por todas as funções do Estado.

Afinal, o governo pode financiar a provisão de bens e serviços com os recursos arrecadados (Alocativa). Da mesma forma, a tributação progressiva ajuda a financiar transferências para os mais pobres, diminuindo a desigualdade (Distributiva). Já em períodos de recessão, o governo pode reduzir tributos para estimular a economia. Em períodos de inflação, pode aumentar tributos para controlar a demanda (Estabilizadora).

Gabarito: Certo

5. (CEBRASPE / 2024 / Auditor Fiscal / Pref Cach Itapemirim) Acerca do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item que se segue.



Entre as atribuições econômicas governamentais destacam-se os ajustes para melhor alocação dos recursos e distribuição de renda, bem como a manutenção da estabilidade econômica.

Comentários:

Um belo resumo das três funções, não é mesmo?

Entre as atribuições econômicas governamentais destacam-se os ajustes para melhor alocação dos recursos (Função **Alocativa**) e distribuição de renda (Função **Distributiva**), bem como a manutenção da estabilidade econômica (Função **Estabilizadora**).

Gabarito: Certo

6. (CEBRASPE / 2023 / Analista Judiciário / TJ ES)

Durante a pandemia de covid-19, o governo federal instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (PEMER). Entre outras medidas, o programa garantia o pagamento, pelo Estado, de uma parte do seguro-desemprego ao trabalhador com contrato de trabalho suspenso ou com salário ou jornada de trabalho reduzido, preservando a remuneração e assegurando a permanência do trabalhador no emprego pelo dobro do tempo durante o qual fez jus ao benefício.

Considerando essas informações e a teoria das finanças públicas, julgue o item seguinte.

O PEMER caracteriza-se como uma ação do governo no âmbito de sua função estabilizadora da economia.

Comentários:

Nesse tipo de questão, nós temos que atentar muito às dicas que o enunciado nos dá. Perceba que o objetivo do PEMER era preservar empregos e manter a renda dos trabalhadores.

O foco aqui não era redistribuir renda ou reduzir a desigualdade, muito menos alocar recursos. O objetivo do PEMER era evitar um aumento drástico do desemprego e uma possível recessão econômica ainda mais grave, o que está de acordo com a Função Estabilizadora.

Gabarito: Certo

7. (CEBRASPE / 2023 / SEFIN Fortaleza / Analista Fazendário Municipal) Julgue o item a seguir, a respeito do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas.

A alocação do gasto público voltado para atender segmentos da população de menor poder aquisitivo constitui uma forma direta de distribuir renda.

Comentários:



Há um erro sutil na questão. Vejamos:

A alocação do gasto público voltado para atender segmentos da população de menor poder aquisitivo constitui uma forma **indireta** ~~direta~~ de distribuir renda.

Vimos que a Função Distributiva visa à participação do governo na economia para reduzir disparidades de renda. Isso pode ocorrer tanto de forma direta quanto indireta.

Assim, uma intervenção governamental com a alocação de recursos do orçamento seria uma forma indireta de influenciar a redistribuição de renda na sociedade. Por outro lado, subsídios como programas sociais e benefícios fiscais representariam uma intervenção direta nesse segmento da população.

Gabarito: Errado

8. (CEBRASPE-CESPE / 2023 / SEFIN Fortaleza / Analista Fazendário Municipal)

O open banking é um conjunto de regras e tecnologias que vai permitir o compartilhamento de dados e serviços de clientes entre instituições financeiras por meio da integração de seus respectivos sistemas. O princípio fundamental do open banking é o consentimento do usuário, ou seja, as instituições financeiras, por força de regulamentação do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, deverão, obrigatoriamente, compartilhar informações de um cliente (pessoa física ou jurídica), se ele solicitar e autorizar a transmissão dos dados para outra instituição. A chegada do open banking deve trazer mais opções de produtos e serviços financeiros, com menos custos, além de mais transparência aos clientes finais, que terão mais autonomia sobre sua vida financeira. Na prática, o cliente será dono de seus dados financeiros e poderá escolher quando e com quais empresas vai compartilhá-los.

Considerando as informações apresentadas, julgue o próximo item, acerca do Estado e das funções econômicas governamentais, bem como das necessidades públicas e formas de atuação dos governos.

Ao regulamentar a obrigatoriedade de compartilhamento de informações financeiras dos consumidores bancários, o Estado atuou no âmbito de sua função distributiva.

Comentários:

Na verdade, estamos diante de uma Função **Alocativa**.

No caso em tela, o Estado está buscando corrigir uma assimetria de informações. Isso significa que ele está atuando na provisão dessa informação.

Portanto, ao contribuir para a disponibilização de informações financeiras dos consumidores bancários, o Estado atua no âmbito de sua Função Alocativa, uma vez que tais informações podem ser consideradas bens públicos e sua provisão tende a corrigir falhas de mercado.



Gabarito: Errado

9. (CEBRASPE / 2023 / CNMP / Técnico - Apoio Técnico Administrativo) Acerca das funções fiscais ou clássicas do Estado, julgue o seguinte item.

A transposição do rio São Francisco, a partir da sua finalização, passou a integrar o rol de bens e serviços públicos ofertados em complemento à ação do mercado, por conseguinte é correto afirmar que essa intervenção econômica do governo, por meio de ajustamento de alocação dos recursos, diz respeito à função alocativa orçamentária.

Comentários:

No caso da transposição do rio São Francisco, trata-se de um projeto de grande envergadura que visa realocar recursos hídricos para beneficiar diversas regiões do país.

Assim, ao realizar a transposição do Rio São Francisco, o Estado busca corrigir a alocação inadequada de recursos naturais, como água, para melhorar a prestação de serviços e atender às necessidades da população de forma mais eficiente.

Nesse contexto, a atuação do Estado visa minimizar a insuficiência na prestação de serviços relacionados à disponibilidade de água, contribuindo para o bem-estar social e o desenvolvimento regional, por meio da sua Função Alocativa.

Gabarito: Certo

10. (CEBRASPE / 2022 / Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC) Julgue o item subsequente, acerca do papel do estado e das funções econômicas por ele desempenhadas.

Por meio da função desenvolvimentista, fomenta-se a geração de empregos e promove-se o crescimento econômico.

Comentários:

As Funções do Governo se subdividem em: Alocativa, Distributiva e Estabilizadora. Só com essa informação, já poderíamos marcar a questão como errada, pois não existe a Função Desenvolvimentista na Teoria de Finanças Públicas.

Ainda, quando a questão fala em "geração de empregos" e "crescimento econômico", ela está se referindo à Função Estabilizadora, em que o governo busca proporcionar crescimento econômico, alto nível de emprego e estabilidade de preços.

Gabarito: Errado



11. (CEBRASPE / 2022 / Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC) Julgue o item subsequente, acerca do papel do estado e das funções econômicas por ele desempenhadas.

A função alocativa tem como objetivo promover a alocação de recursos na distribuição de renda e realizar o equilíbrio no balanço de pagamentos.

Comentários:

Poderíamos até concordar que a Função Alocativa guarda relação com a alocação de recursos, mas esta alocação decorre da incapacidade do mercado privado de suprir a sociedade de bens e serviços de consumo coletivo.

Quando falamos em alocar recursos na distribuição de renda, estamos nos referindo à Função Distributiva do Governo. Por sua vez, o equilíbrio no balanço de pagamentos guarda relação com a Função Estabilizadora.

Gabarito: Errado

12. (CEBRASPE / 2022 / Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC) Julgue o item subsequente, acerca do papel do estado e das funções econômicas por ele desempenhadas.

A função do governo na qual se utiliza transferência de renda é a função distributiva.

Comentários:

Falou em transferência de renda? Grandes chances de estarmos falando da Função Distributiva.

Esta função tem como objetivo redistribuir a renda na sociedade, reduzindo as desigualdades econômicas e sociais. Para isso, ela utiliza mecanismos como transferências, tributação com impostos progressivos ou subsídios.

Gabarito: Certo




13. (CEBRASPE / 2022 / Auditor do Estado / SECONT ES) Tendo em vista que, ao longo da história, de acordo com a evolução das sociedades, o Estado se desenvolveu, de maneira a participar das relações econômicas e políticas de um país, julgue o item a seguir, acerca das teorias sobre o Estado e as funções do governo.

Na ampliação das funções do Estado, a função alocativa deve assegurar o fornecimento de bens públicos, enquanto a função distributiva decorre do reconhecimento de o mercado ser incapaz de conduzir a sociedade a uma estrutura de distribuição de renda que seja considerada justa ou equitativa.

Comentários:



Isso mesmo. A Função Alocativa garante o fornecimento de bens públicos, enquanto a Função Distributiva busca corrigir a distribuição de renda. Vamos aproveitar para revisar nosso quadro?

 (RE)DISTRIBUTIVA Melhorar a distribuição da riqueza gerada na Economia. Palavra-chave: Renda	 ALOCATIVA Quando o mercado não aloca de forma eficiente, cabe ao Estado fazê-lo. Palavras-chave: Bens públicos	 ESTABILIZADORA Estabilidade da moeda e crescimento com alto nível emprego. Palavras-chave: Ciclos econômicos
--	--	--

Gabarito: Certo

14. (CEBRASPE / 2021 - Auditor de Finanças e Controle de Arrecadação / SEFAZ AL) No que se refere às funções e ao papel do governo na economia, julgue o item que se segue.

Quanto à função distributiva, os objetivos das escolhas orçamentárias incluem empregar plenamente os recursos econômicos, combater o desemprego e controlar a inflação, com vistas ao crescimento econômico em bases sustentáveis.

Comentários:

Combater desemprego? Controlar inflação? Crescimento econômico?

Essas são algumas das palavras-chave da Função Estabilizadora, em que o governo utiliza os instrumentos macroeconômicos para manter adequado o nível de utilização dos recursos produtivos, sem criar problemas inflacionários.

Gabarito: Certo

15. (CEBRASPE / 2021 - Auditor de Finanças e Controle de Arrecadação / SEFAZ AL) No que se refere às funções e ao papel do governo na economia, julgue o item que se segue.

A função estabilizadora inclui a política monetária com a determinação da oferta de moeda e determinação de taxa de juros SELIC.

Comentários:

A Função Estabilizadora se utiliza de políticas macroeconômicas. Essas políticas podem ser divididas em:



Política Monetária: um aumento da inflação pode ser combatido com a política monetária contracionista: com menos moeda circulando, os produtores têm menos incentivos para subir os preços de seus produtos.

Política Fiscal: ao notar queda na atividade econômica, o governo pode adotar a política fiscal expansionista, aumentando seus gastos para tentar reaquecer a economia.

Gabarito: Certo

16. (CEBRASPE / 2021 / Analista Legislativo / ALECE) A função relacionada à economia em que o Estado realiza intervenções na economia para garantir a provisão de bens e serviços públicos, inclusive por meio de terceiros, mas financiados pelo orçamento público, é denominada.

- a) distributiva.
- b) jurisdicional.
- c) estabilizadora.
- d) alocativa.
- e) legislativa.

Comentários:

A questão falou em provisão de bens e serviços públicos? Já pode associar à Função Alocativa, que decorre da incapacidade do mercado de suprir a sociedade com bens e serviços de utilidade pública.

Por fim, não existem as chamadas "Função Legislativa" e Função Jurisdicional" na Teoria de Finanças Públicas.

Gabarito: "d"

17. (CEBRASPE / 2020 / TJ-PA / Analista Judiciário - Administrativa) O papel do Estado e sua atuação nas finanças públicas são explicados pelas funções econômicas por ele desempenhadas.

Assinale a opção que apresenta a correta definição para cada uma das funções econômicas indicadas.

- a) Alocativa: promove ajustamentos na alocação de recursos; distributiva: realiza ajustamentos na distribuição de renda; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.
- b) Alocativa: promove a alocação de recursos na distribuição de renda; distributiva: realiza o equilíbrio no balanço de pagamentos; estabilizadora: mantém a estabilidade no nível de preços.



c) Alocativa: promove ajustamentos na alocação de recursos; produtiva: fomenta a geração de empregos; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.




d) Distributiva: realiza ajustamentos na distribuição de renda; produtiva: fomenta a geração de empregos nos diversos segmentos de governo; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.

e) Distributiva: realiza o equilíbrio no balanço de pagamentos; produtiva: fomenta a produção de bens de serviços nos diversos segmentos de governo; estabilizadora: mantém a estabilidade do nível de preços.

Comentários:

Para começar, as funções do Estado, de acordo com a teoria de finanças públicas, são definitivamente: alocativa, distributiva e estabilizadora. Apenas isso, elimina as alternativas "c", "d" e "e".

Resta avaliar qual, entre "a" e "b", define corretamente as funções. E essa é a letra "a". Inclusive, nosso quadrinho será útil mais uma vez.

 (RE)DISTRIBUTIVA Melhorar a distribuição da riqueza gerada na Economia. Palavra-chave: Renda	 ALOCATIVA Quando o mercado não aloca de forma eficiente, cabe ao Estado fazê-lo. Palavras-chave: Bens públicos	 ESTABILIZADORA Estabilidade da moeda e crescimento com alto nível emprego. Palavras-chave: Ciclos econômicos
--	--	--

Gabarito: "a"

18. (CEBRASPE / 2020 /SEFAZ-AL / Auditor de Finanças e Controle de Arrecadação) O Estado brasileiro atua como regulador, como financiador e como agente produtor, a fim de contribuir para o aumento de investimentos na economia.

Acerca das funções do governo na economia, julgue o item seguinte.

O objetivo da regulação do estado é melhorar a eficiência alocativa, situação na qual se realiza o maior volume de transações econômicas, mesmo que isso possa eventualmente sacrificar o bem-estar do consumidor.

Comentários:

Um dos objetivos da regulação do estado certamente é melhorar a eficiência alocativa, pois ele possui a função alocativa. Então apesar de usar o artigo definido "o" em vez de "um", acredito que dá para deixar essa passar.



O erro está em definir a eficiência como “a situação na qual se realiza o maior volume de transações”. Isso não é verdade, e basta pensar nas externalidades negativas, que ocasionam transações em volume superior ao que seria economicamente ótimo, devendo ser desencorajadas pelo estado.

Portanto, a alternativa está errada, claramente, por isso.

Sacrificar o bem-estar do consumidor também seria aceitável diante de externalidades negativas, que prejudicassem o bem-estar social.

Gabarito: Errado

19. (CEBRASPE-CESPE / 2019 / SLU DF / Analista de Gestão de Resíduos Sólidos) Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

Denomina-se função alocativa a função básica do governo que preconiza a justa distribuição de renda na sociedade.

Comentários:

A função que preconiza a justa distribuição de renda é a distributiva, e não a alocativa.

Gabarito: Errado

20. (CEBRASPE-CESPE/2019/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos) Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

As funções típicas de governo, como, por exemplo, a saúde, não podem ser assumidas pelo setor privado.

Comentários:

É discutível esse negócio de chamar a saúde de **função típica** do governo. Tudo bem, a assunção do governo da oferta desse bem (saúde) diante das falhas de mercado (externalidades) é exercício da função alocativa, então talvez fosse possível “forçar essa barra”.

Contudo, dizer que a saúde não pode ser assumida pelo setor privado não é verdade, uma vez que se trata de um bem meritório e, portanto, privatizável.

Gabarito: Errado



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Qual é a definição de eficiência de Pareto?**
- 2. Quais são as características dos bens públicos puros, dos bens meritórios e dos bens comuns?**
- 3. Externalidades podem ser negativas ou positivas. Conceitue e defina critérios objetivos para cada tipo.**
- 4. Por que externalidades positivas também são consideradas falhas de mercado?**
- 5. Informações assimétricas provocam dois problemas principais. Defina esses problemas e cite exemplos de cada um deles.**
- 6. Defina a Política Fiscal e seus instrumentos.**
- 7. O que é a Política Monetária, quais são os instrumentos de Política Monetária e como funciona cada um deles?**
- 8. Supondo que a economia esteja em recessão, que tipo de políticas econômicas poderia ser adotada e como poderia se dar sua execução?**
- 9. Defina a função distributiva e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.**
- 10. Defina a função alocativa e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.**
- 11. Defina a função estabilizadora e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.**



Perguntas com respostas

1. Qual é a definição de eficiência de Pareto?

Uma situação econômica é dita eficiente no sentido de Pareto se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra.

Portanto, se é possível melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a situação de outra, a situação é ineficiente.

2. Quais são as características dos bens públicos puros, dos bens meritórios e dos bens comuns?

Bens públicos puros: não rivais e não exclusivos.

Bens meritórios: não rivais e exclusivos.

Bens comuns: rivais e não exclusivos.

3. Externalidades podem ser negativas ou positivas. Conceitue e defina critérios objetivos para cada tipo.

Externalidades positivas ocorrem quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou negativas, quando trazem prejuízos.

Objetivamente, ocorre uma externalidade quando os custos sociais (CS) são diferentes dos custos privados (CP), ou quando os benefícios sociais (BS) são diferentes dos benefícios privados (BP).

$BS > CS$ = externalidade positiva

$BS < CS$ = externalidade negativa

4. Por que externalidades positivas também são consideradas falhas de mercado?

Porque elas ocorrem quando os benefícios sociais superam os benefícios privados, ou seja, os benefícios que o produtor concede à sociedade são maiores que aqueles pelos quais estará sendo compensado via mercado. Dessa forma, haverá tendência à sub oferta do bem ou serviço (produção menor que o ideal).

5. Informações assimétricas provocam dois problemas principais. Defina esses problemas e cite exemplos de cada um deles.

Risco moral e seleção adversa. O risco moral ocorre quando existe a possibilidade de uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra, enquanto a seleção adversa está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia. O risco moral está presente, por exemplo, no processo eleitoral: elegemos um representante



para buscar os interesses da sociedade, mas nem sempre é o que acontece, né? E a seleção adversa ocorre quando o banco cobra juros elevados para cobrir a inadimplência, e com isso apenas clientes propensos a inadimplir ficam dispostos a arcar com esses juros altos.

6. Defina a Política Fiscal e seus instrumentos.

A Política Fiscal consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e arrecadações do governo, que a utiliza para alterar no nível de produto da economia.

Os instrumentos da política fiscal são: gastos do governo, transferência e tributação. A execução da política fiscal se dá por meio do orçamento do governo, que consiste na combinação desses três instrumentos.

7. O que é a Política Monetária, quais são os instrumentos de Política Monetária e como funciona cada um deles?

A Política Monetária diz respeito à oferta de moeda na economia. A tarefa consiste basicamente em garantir que a quantidade de moeda circulando na economia seja compatível com a demanda de moeda para as transações no lado real, ou seja, para que a compra e venda de bens e serviços ocorra.

Os principais instrumentos da política monetária são três: as taxas de redesconto, a taxa de depósitos compulsórios e as operações no mercado aberto.

Taxa de Redesconto: o Banco Central é o banco dos bancos. O redesconto é uma linha de crédito a qual os bancos podem recorrer caso precisem de dinheiro. A taxa de redesconto é os juros que os bancos devem pagar ao Bacen caso tomem emprestado algum valor. Quando o Banco Central quer estimular os bancos a emprestarem, ele reduz a taxa de redesconto, e vice-versa.

Operações em Mercado Aberto: a dívida pública federal existe na forma de títulos detidos pelos credores. Quando o Banco Central quer colocar mais dinheiro na economia, ele compra esses títulos, entregando dinheiro para seus detentores. Por outro lado, quando deseja enxugar a liquidez, o Banco Central vende os títulos públicos dos quais é detentor.

Depósitos Compulsórios: sempre que um cliente bancário realiza um depósito em sua conta, o banco precisa depositar uma parte desse dinheiro no Banco Central: o depósito compulsório. O resto ele pode emprestar aos outros clientes. Quanto maior for a alíquota (%) do compulsório, menor será a oferta monetária, pois os bancos terão menos dinheiro disponível para emprestar.

8. Supondo que a economia esteja em recessão, que tipo de políticas econômicas poderia ser adotada e como poderia se dar sua execução?

Nesse caso, as políticas expansionistas poderiam ser utilizadas.

Uma política fiscal expansionista poderia se dar por meio de aumento dos gastos do governo ou da redução da tributação.



A política monetária expansionista poderia ocorrer pela compra de títulos públicos, redução da taxa de redesconto ou redução do percentual do compulsório.

9. Defina a função distributiva e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.

A função distributiva é consiste na busca pela redução das diferenças econômicas e sociais da população, ou seja, na melhor distribuição da riqueza gerada em uma economia.

O exemplo mais claro em nossa economia é o programa Bolsa Família, que é uma política de redistribuição de renda. Contudo, há diversos outros exemplos: o subsídio habitacional do Minha Casa, Minha Vida, o programa Fome Zero, as alíquotas progressivas do imposto de renda (a alíquota do imposto aumenta conforme aumenta a renda tributada).

10. Defina a função alocativa e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.

A função alocativa consiste, basicamente, na regulação ou fornecimento de bens públicos ou semipúblicos (como saúde e educação). O Programa Mais Médicos é um exemplo de exercício da função alocativa, assim como os créditos subsidiados do BNDES.

11. Defina a função estabilizadora e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.

A função estabilizadora consiste em proporcionar à economia crescimento, alto índice de emprego e preços estáveis. Quando o Banco Central emite moeda e/ou quando o governo aumenta seus gastos para atenuar uma recessão, temos o exercício da política monetária.

...

E você deve ficar sentir orgulho, pois acaba de concluir um relatório bem pesado!

Grande abraço e bons estudos!!!

Prof. Celso Natale



Instagram: www.instagram.com/profcelsonatale



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (CEBRASPE / 2024 / Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial / INPI) Acerca do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item a seguir.

A distribuição de renda decorrente das dotações dos fatores de produção pode gerar desigualdades na sociedade, cabendo ao governo alterar a estrutura de renda originária do mercado por meio de transferências, impostos e subsídios.

2. (CEBRASPE / 2024 / Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial / INPI) Acerca do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item a seguir.

As finanças públicas não apenas asseguram a manutenção da administração e dos serviços públicos como também podem influenciar a promoção do emprego e a estabilidade dos preços.

3. (CEBRASPE / 2024 / Especialista em Regulação de Aviação Civil / ANAC) Julgue o item a seguir, a respeito das funções do Estado em sua atuação na economia.

A regulação da concorrência é uma atividade estatal tipicamente correspondente à função distributiva.

4. (CEBRASPE / 2024 / Especialista em Regulação de Aviação Civil / ANAC) Julgue o item a seguir, a respeito das funções do Estado em sua atuação na economia.

A cobrança de tributos é uma atividade estatal que permeia as funções alocativa, distributiva e estabilizadora.

5. (CEBRASPE / 2024 / Auditor Fiscal / Pref Cach Itapemirim) Acerca do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item que se segue.

Entre as atribuições econômicas governamentais destacam-se os ajustes para melhor alocação dos recursos e distribuição de renda, bem como a manutenção da estabilidade econômica.

6. (CEBRASPE / 2023 / Analista Judiciário / TJ ES)

Durante a pandemia de covid-19, o governo federal instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (PEMER). Entre outras medidas, o programa garantia o pagamento, pelo Estado, de uma parte do seguro-desemprego ao trabalhador com contrato



de trabalho suspenso ou com salário ou jornada de trabalho reduzido, preservando a remuneração e assegurando a permanência do trabalhador no emprego pelo dobro do tempo durante o qual fez jus ao benefício.

Considerando essas informações e a teoria das finanças públicas, julgue o item seguinte.

O PEMER caracteriza-se como uma ação do governo no âmbito de sua função estabilizadora da economia.

7. (CEBRASPE / 2023 / SEFIN Fortaleza / Analista Fazendário Municipal) Julgue o item a seguir, a respeito do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas.

A alocação do gasto público voltado para atender segmentos da população de menor poder aquisitivo constitui uma forma direta de distribuir renda.

8. (CEBRASPE-CESPE / 2023 / SEFIN Fortaleza / Analista Fazendário Municipal)

O open banking é um conjunto de regras e tecnologias que vai permitir o compartilhamento de dados e serviços de clientes entre instituições financeiras por meio da integração de seus respectivos sistemas. O princípio fundamental do open banking é o consentimento do usuário, ou seja, as instituições financeiras, por força de regulamentação do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, deverão, obrigatoriamente, compartilhar informações de um cliente (pessoa física ou jurídica), se ele solicitar e autorizar a transmissão dos dados para outra instituição. A chegada do open banking deve trazer mais opções de produtos e serviços financeiros, com menos custos, além de mais transparência aos clientes finais, que terão mais autonomia sobre sua vida financeira. Na prática, o cliente será dono de seus dados financeiros e poderá escolher quando e com quais empresas vai compartilhá-los.

Considerando as informações apresentadas, julgue o próximo item, acerca do Estado e das funções econômicas governamentais, bem como das necessidades públicas e formas de atuação dos governos.

Ao regulamentar a obrigatoriedade de compartilhamento de informações financeiras dos consumidores bancários, o Estado atuou no âmbito de sua função distributiva.

9. (CEBRASPE / 2023 / CNMP / Técnico - Apoio Técnico Administrativo) Acerca das funções fiscais ou clássicas do Estado, julgue o seguinte item.

A transposição do rio São Francisco, a partir da sua finalização, passou a integrar o rol de bens e serviços públicos ofertados em complemento à ação do mercado, por conseguinte é correto afirmar que essa intervenção econômica do governo, por meio de ajustamento de alocação dos recursos, diz respeito à função alocativa orçamentária.



10. (CEBRASPE / 2022 / Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC) Julgue o item subsequente, acerca do papel do estado e das funções econômicas por ele desempenhadas.

Por meio da função desenvolvimentista, fomenta-se a geração de empregos e promove-se o crescimento econômico.

11. (CEBRASPE / 2022 / Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC) Julgue o item subsequente, acerca do papel do estado e das funções econômicas por ele desempenhadas.

A função alocativa tem como objetivo promover a alocação de recursos na distribuição de renda e realizar o equilíbrio no balanço de pagamentos.

12. (CEBRASPE / 2022 / Auditor Fiscal de Controle Externo / TCE-SC) Julgue o item subsequente, acerca do papel do estado e das funções econômicas por ele desempenhadas.

A função do governo na qual se utiliza transferência de renda é a função distributiva.

13. (CEBRASPE / 2022 / Auditor do Estado / SECONT ES) Tendo em vista que, ao longo da história, de acordo com a evolução das sociedades, o Estado se desenvolveu, de maneira a participar das relações econômicas e políticas de um país, julgue o item a seguir, acerca das teorias sobre o Estado e as funções do governo.

Na ampliação das funções do Estado, a função alocativa deve assegurar o fornecimento de bens públicos, enquanto a função distributiva decorre do reconhecimento de o mercado ser incapaz de conduzir a sociedade a uma estrutura de distribuição de renda que seja considerada justa ou equitativa.

14. (CEBRASPE / 2021 - Auditor de Finanças e Controle de Arrecadação / SEFAZ AL) No que se refere às funções e ao papel do governo na economia, julgue o item que se segue.

Quanto à função distributiva, os objetivos das escolhas orçamentárias incluem empregar plenamente os recursos econômicos, combater o desemprego e controlar a inflação, com vistas ao crescimento econômico em bases sustentáveis.

15. (CEBRASPE / 2021 - Auditor de Finanças e Controle de Arrecadação / SEFAZ AL) No que se refere às funções e ao papel do governo na economia, julgue o item que se segue.

A função estabilizadora inclui a política monetária com a determinação da oferta de moeda e determinação de taxa de juros SELIC.



16. (CEBRASPE / 2021 / Analista Legislativo / ALECE) A função relacionada à economia em que o Estado realiza intervenções na economia para garantir a provisão de bens e serviços públicos, inclusive por meio de terceiros, mas financiados pelo orçamento público, é denominada.

- a) distributiva.
- b) jurisdicional.
- c) estabilizadora.
- d) alocativa.
- e) legislativa.

17. (CEBRASPE / 2020 / TJ-PA / Analista Judiciário - Administrativa) O papel do Estado e sua atuação nas finanças públicas são explicados pelas funções econômicas por ele desempenhadas.

Assinale a opção que apresenta a correta definição para cada uma das funções econômicas indicadas.

- a) Alocativa: promove ajustamentos na alocação de recursos; distributiva: realiza ajustamentos na distribuição de renda; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.
- b) Alocativa: promove a alocação de recursos na distribuição de renda; distributiva: realiza o equilíbrio no balanço de pagamentos; estabilizadora: mantém a estabilidade no nível de preços.
- c) Alocativa: promove ajustamentos na alocação de recursos; produtiva: fomenta a geração de empregos; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.
- d) Distributiva: realiza ajustamentos na distribuição de renda; produtiva: fomenta a geração de empregos nos diversos segmentos de governo; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.
- e) Distributiva: realiza o equilíbrio no balanço de pagamentos; produtiva: fomenta a produção de bens e serviços nos diversos segmentos de governo; estabilizadora: mantém a estabilidade do nível de preços.

18. (CEBRASPE / 2020 / SEFAZ-AL / Auditor de Finanças e Controle de Arrecadação) O Estado brasileiro atua como regulador, como financiador e como agente produtor, a fim de contribuir para o aumento de investimentos na economia.

Acerca das funções do governo na economia, julgue o item seguinte.



O objetivo da regulação do estado é melhorar a eficiência alocativa, situação na qual se realiza o maior volume de transações econômicas, mesmo que isso possa eventualmente sacrificar o bem-estar do consumidor.

19. (CEBRASPE-CESPE / 2019 / SLU DF / Analista de Gestão de Resíduos Sólidos) Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

Denomina-se função alocativa a função básica do governo que preconiza a justa distribuição de renda na sociedade.

20. (CEBRASPE-CESPE/2019/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos) Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

As funções típicas de governo, como, por exemplo, a saúde, não podem ser assumidas pelo setor privado.



Gabarito

1. CERTO
2. CERTO
3. ERRADO
4. CERTO
5. CERTO
6. CERTO
7. ERRADO
8. ERRADO
9. CERTO
10. ERRADO
11. ERRADO
12. CERTO
13. CERTO
14. CERTO
15. CERTO
16. D
17. A
18. ERRADO
19. ERRADO
20. ERRADO



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.